

- LX -

A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA PLENA EM MATO GROSSO: PRESENÇA DO SETOR PRIVADO EM ANÁLISE

Danielle Batista Cardoso – FFCLRP/USP
danibatista@usp.br

Teise de Oliveira Guaranha Garcia – FFCLRP/USP
teise@ffclrp.usp.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre de pesquisa em curso, realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). A “pesquisa” caracteriza e analisa a implantação do Programa Escola Plena em uma escola pública da rede Estadual de Ensino do Mato Grosso, instituído pela Lei 10.622, de 24 de outubro de 2017.

A pesquisa, por sua vez, dialoga e atualiza informações obtidas em estudo interinstitucional desenvolvido Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, GREPPE, com participação das autoras deste trabalho.³²

O estudo pretende ainda compreender as decorrências para a gestão escolar da implantação do programa, bem como o lugar do mesmo na política educacional implementada pelo governo eleito em 2015. Para tanto, buscou-se caracterizar as propostas e programas apresentados pela Secretaria de Estado da Educação. Este texto apresenta os primeiros resultados da coleta de dados em páginas institucionais do governo do Estado de Mato Grosso com vistas a caracterizar tais programas anunciados pelo executivo mato-

³² A pesquisa dialoga com o projeto coletivo, intitulado **“Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015)”**. Coordenado localmente pela professora Teise Garcia e em âmbito geral por Theresa Adrião, com financiamento do CNPq e FAPESP, além do apoio CAPES.

grossense na rede estadual de ensino a partir de 2015, quando é eleito o governador Pedro Taques, pelo Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB.

A pauta educacional integra plataforma política do governo eleito com a declarada proposta de diminuir a evasão escolar e melhora da qualidade de ensino, para o que são propostos treze programas educacionais.

A seguir são apresentadas informações relativas aos programas anunciados, dentre os quais destacamos o Programa Escola Plena, objeto de estudo.

O PROGRAMA ESCOLA PLENA E A PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO

A pesquisa maior implica coleta de dados em fontes primárias, análise bibliográfica e realização de entrevistas com profissionais em uma unidade de ensino que adotou o Programa. Para este trabalho, como já mencionado, as informações foram obtidas mediante consulta a fontes primárias: diário oficial do estado do Mato Grosso, página oficial da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer e documentos produzidos pelo ICE.

Conforme resultados obtidos na mencionada pesquisa interinstitucional, na década de 2005-2015 a rede estadual de ensino de Mato Grosso anunciou quatorze projetos contando com o setor privado como parceiro. Quatro, dentre estes projetos, referiam-se à gestão das escolas. (ADRIÃO, coord., 2018)

Entre os anos de 2016 e 2017 a Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer anunciou a implementação de outros treze programas MATO GROSSO, 2016, p.3. Dentre os programas identificados, destaca-se, pela abrangência, o programa Pró-Escola que tem como objetivos declarados:

Melhorar os resultados do Estado no IDEB;

Diminuir o analfabetismo da população com 15 anos de idade ou mais para **6,9%** em 2017;

Construir **35 novas escolas e 15 CIECs** por meio de parcerias com os Municípios, com a iniciativa privada e com recursos próprios;

Capacitar professores com foco na proficiência em Matemática e Português;

Criar processos de gestão padronizados e capacitar os Gestores Escolares;

Criar métodos de correção de fluxos;

Diminuir a evasão escolar no Estado;

Formar parcerias para desenvolver projetos educacionais;
Criar métodos de monitoramento e controle e produzir indicadores de desempenho para gestão para resultados;

Implantar **15 escolas** de Ensino Médio em **Tempo Integral** em 2017 e ampliar para **40 em 2018**. (MATO GROSSO, 2016, p.6)

O levantamento dos dados nos indica que o programa Pró-Escolas abarca os demais programas. Dentre os programas identificados, foi possível localizar três que desenvolvem o projeto com atores privados, dentre eles: o Projeto Conectar e o Programa Escrevendo o futuro. O projeto Conectar/Ensino Digital foi viabilizado por meio de uma parceria estratégica da SEDUC-MT com a “Mira Educação. Cerca de R\$ 1 milhão em tablets, infraestrutura e conteúdos foram doados por essa empresa” (Mato Grosso, 2016, p 11, *valores nominais*)

Já o segundo programa, Escrevendo o Futuro, resulta de parceria entre o Ministério da Educação e a Fundação Itaú Social, sob a coordenação do CENPEC- Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. (Mato Grosso, 2016, p ,27)

O terceiro programa, este objeto da pesquisa em curso, é o Programa Escola Plena que teve o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, ICE como ator privado presente em sua implementação. Segundo informações obtidas no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso a implantação do programa foi financiada pelo governo federal em parceria com o governo estadual:

O Governo federal investirá aproximadamente R\$ 10 milhões por ano no estado de Mato Grosso para a implantação do projeto em 11 escolas, de maneira que a Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer vai manter 03 escolas com recursos próprios. (Mato Grosso, 2016, p.7)

O Programa Escola Plena foi implantado no mês de janeiro de 2017, em 14 escolas de Ensino Médio, introduzindo o Tempo Integral. (MATO GROSSO, 2016).O processo de implementação da escola de tempo integral oficializou o estabelecimento de acordo de cooperação com o ICE, no dia 12 de julho de 2017³³, com validade de três anos e prevendo que o instituto:

Realizar ações de apoio técnico e jurídico para desenvolvimento de um conjunto de ações que auxiliem o Estado na implementação do Programa de Ensino em Tempo Integral, objetivando a melhoria da oferta e da

³³ Extrato de acordo e cooperação nº 0346-2017, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso nº 27060, de 12 de julho de 2017, em que consta como cooperado o Instituto Natura e como intervenientes o ICE e o Instituto Sonho Grande. Disponível em: www.iomat.mt.gov.br

qualidade do ensino público de nível médio do Estado (MATO GROSSO, 2017)

CONCLUSÕES PARCIAIS

A pesquisa se encontra em desenvolvimento, portanto este trabalho apresenta os primeiros resultados da coleta de dados. As informações obtidas até o momento indicam que, em relação ao período que se encerra em 2015, houve ampliação na presença de atores privados no campo educacional: sem e 10 anos registraram-se 14 programas na área de gestão educacional, apenas nos dois anos seguintes ao encerramento da década (2016-2017) já são observados 13 programas. Uma hipótese inicial se refere ao conteúdo programático do governo eleito. Ainda não explorada em análise, também se pode considerar a ampliação da incidência de atores privados no campo educacional brasileiro com diferentes formas de intervenção como registra a literatura na área (PERONI, 2015, ADRIÃO, 2015, FREITAS, 2016, ADRIÃO, GARCIA, 2014, entre outros).

Destacamos a explicitação da transferência do fundo público para o ator privado e a presença do ICE na definição de políticas de Educação Integral. Presença esta que já era extensa em território nacional na década encerrada em 2015 (GARCIA 2018).

As considerações aqui registradas indicam, mais do que conclusões em caráter definitivo, os caminhos no prosseguimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

PERONI, V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 1-27, 2018. <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

ADRIÃO, T.. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia** (UFU. IMPRESSO), v. 28, p. 263-282, 2014. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/24613> Acesso em 14 de agosto de 2018.

ADRIÃO, T., GARCIA, T. Subsídio público ao setor privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. **Políticas Educativas**, v. 7, p. 110-122, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/51031/31749>;. Acesso em 20 de agosto de 2018.

FREITAS, L.C. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cadernos CEDES** (UNICAMP), v. 36, p. 137-153, 2016.

GARCIA T.A gestão escolar no contexto da privatização da Educação Básica. **Política e Gestão educacional (online)**, v. 22, p. 1355-1376, 2018. Disponível:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/viewFile/12232/7966>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

MATO GROSSO. Lei complementar nº 10.622, de 24 de outubro de 2017. Institui o Projeto Escola Plena, vinculado ao Programa Pró-Escolas, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-10622-2017.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

MATO GROSSO, 2016.Revista Programas e Projetos Educacionais. Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/programas-e-projetos-educacionais-inovadores?ciclo=>. Acesso em: setembro de 2018.